



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 139967 - RJ (2020/0336954-2)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : ALEXANDRA FERREIRA MARQUES (PRESO)
ADVOGADO : ROBERTA OLIVEIRA VALENTIM E OUTRO(S) - RJ171533
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CORRÉU : FERNANDA GOMES DE MOURA

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ALEXANDRA FERREIRA MARQUES contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (HC n. 0065478-52.2020.8.19.0000).

A recorrente está presa preventivamente pela suposta prática dos delitos de tráfico de drogas e de associação para o tráfico (arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006).

Nesta via, a defesa sustenta a ausência de fundamentação apta a justificar a segregação cautelar imposta à recorrente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega que a paciente tem 2 filhos menores de 12 anos de idade, preenchendo, dessa forma, os requisitos previstos no art. 318, inciso V, do Código de Processo Penal para a substituição da prisão preventiva por custódia domiciliar.

Aduz, ainda, que o crescimento acelerado da pandemia de covid-19 justificaria a revogação da constrição cautelar para proteger a integridade física da paciente e diminuir as consequências advindas de eventual contágio pelo vírus.

Discorre sobre os riscos de infecção no cárcere e argumenta que a ré encontra-se em grave situação de risco, visto que é portadora de HIV, preenchendo os requisitos para ser beneficiada com a prisão domiciliar, nos termos da Recomendação CNJ n. 62/2020

Requer, liminarmente e no mérito, o deferimento de prisão domiciliar à recorrente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, especialmente porque no *decisum* impugnado o relator consignou que (fl. 48):

Apesar de realizadas diversas diligências, a paciente não foi encontrada, razão pela qual foi determinada sua citação por edital em 21/07/2020.

Em 17/09/2020, o respectivo mandado de prisão da paciente foi cumprido.

Segundo a denúncia, a paciente e a corré foram presas quando policiais, em incursão na Comunidade do Boi, no Barreto, em Niterói, avistaram um indivíduo e duas mulheres se evadindo de uma residência. O homem conseguiu fugir e no local foi encontrada farta quantidade de drogas. A paciente e a corré teriam

informado que residiam em Belford Roxo e que estariam no local desde o dia anterior a convite de um indivíduo conhecido como “Monstrão”, afirmando que, no período em que permaneceram no local, viram a movimentação de traficantes.

A impetrante sustenta que a paciente, por ocasião de sua soltura, era assistida pela Defensoria Pública e que, sem conhecimento e informação, fez o acompanhamento do processo pela numeração do feito distribuído ao Juízo do Plantão Judicial, não sabendo da existência do processo que já tramitava na 2ª Vara Criminal de Niterói.

Alega que a paciente refez sua vida, começou a trabalhar como camelô na praia de Copacabana, para sustento de seus filhos, e voltou a residir com sua genitora, sendo surpreendida com sua prisão quando compareceu a uma unidade do DETRAN para a obtenção de uma nova via de seu documento de identificação.

Ocorre que a impetrante não comprova o alegado, sobretudo que a paciente é mãe de duas crianças - não há cópias das certidões de nascimento -e que é imprescindível aos seus cuidados.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, cumpre registrar que, do exame do acórdão combatido, observa-se que a questão não foi objeto de análise pela Corte de origem, o que impede a sua apreciação diretamente por este Superior Tribunal, sob pena de atuar em indevida supressão de instância.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência